



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONSTRUINDO A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MARATAÍZES/ES

Nazareth Vidal da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo/BR. Mestranda UFES/PPGEEDUC

Maria José Carvalho Bento

Universidade Federal do Espírito Santo/BR. Mestranda UFES/PPGEEDUC

Mariangela Lima de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo/BR Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação/CE. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/CCENS

Marcia Cristina Ribeiro de Souza Lyrio

P.M.M – Secretaria Municipal de Educação de Marataízes/ES. Gestora da Educação Especial

Agência de Fomento: PROEX/PIBEX/UFES

Eixo Temático: Formação de Professores em Educação Especial

Categoria: Comunicação Oral

RESUMO

É assegurado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a matrícula em toda a rede pública de ensino no Brasil e para isso a formação continuada de professores para o atendimento a esses alunos e aos demais profissionais da Educação, com vistas à inclusão escolar, torna-se fundante no processo. Este estudo objetiva discutir o primeiro momento de uma pesquisa-ação colaborativo-crítica que tem como foco a constituição da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar de Marataízes/ES. Para tanto, relata-se o acompanhamento das ações da política pública relativa à formação continuada dos professores e a construção da política do município. Ancora-se nos pressupostos da Pesquisa-Ação (em um movimento que se apoia na perspectiva crítica-emancipatória e na colaboração entre gestores e professores. Realizou-se grupos de escuta com os profissionais da Rede de Ensino e de modo parcial, os resultados mostram que com esta ação foram levantadas perspectivas obtendo dos professores suas demandas, expectativas, indagações, questionamentos e anseios sobre formação continuada e Educação Especial na perspectiva inclusiva. Destaca-se que os gestores após a escuta das demandas irão categorizar e analisar as questões apresentadas, e iniciar o trabalho de elaboração da proposta política.

Palavras-chave: Educação Especial; formação continuada de professores; pesquisa-ação colaborativo-crítica.



PALAVRAS INICIAIS

Este texto destaca a fase inicial de uma nova pesquisa em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa, Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (GRUFOPEES), intitulada “*Formação de profissionais da Educação e Pesquisa-Ação – Perspectivas e Práticas para a Educabilidade das Pessoas Público-Alvo da Educação Especial*”, e propõe-se analisar/colaborar com a formação de profissionais da Educação na perspectiva da inclusão escolar dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) em contextos capixabas (redes municipal e estadual de ensino) pela via da pesquisa-ação, *autorreflexão organizada* e compreender processos e concepções sobre formação de profissionais da Educação pela pesquisa considerando a educabilidade dos mesmos em contextos nacionais.

Assim, este texto busca responder: como elaborar uma política de Educação Especial a partir da constituição de grupos de escuta entre profissionais de uma Rede Municipal de Ensino?

Ao contextualizar as políticas para formação de professores no Brasil, observa-se que a temática ganha nova redação a partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada - Resolução CNE/CP nº 2/2015, trazendo em seu escopo que “[...] os princípios da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica e sinalizam para uma maior organicidade nos projetos formativos, necessidade de maior articulação entre as instituições de educação superior e de educação básica” (DOURADO, 2015, p.306), na tentativa de diálogo mais amplo entre instituições formadoras e redes de ensino para assegurar o direito à Educação.

Nos últimos anos, a inclusão dos alunos PAEE no Brasil vem ocorrendo por meio de políticas públicas, especialmente a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 (BRASIL, 1996) e das



Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída por meio da Resolução n.º 2 de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Assim, as escolas vêm encontrando no seu percurso com um novo alunado em seu contexto.

Em 2008, outro documento reforça essa proposta, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, prevendo a inclusão de todos os alunos PAEE - pessoas com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, no ensino regular em classe comum com atendimento educacional especializado no turno inverso (BRASIL, 2008).

A propósito, debates e discussões vêm ganhando espaço entre os profissionais da Educação, sobretudo entre os professores que atuam diretamente com os alunos sujeitos PAEE, uma vez que durante muitos anos esses frequentaram prioritariamente as escolas especializadas.

Assim, o estudo apoia-se na compreensão de que a inclusão desses alunos nas escolas apresenta-se como desafio à atuação dos professores, e que é necessário ser pensada a formação continuada desses na perspectiva de garantir o acesso e a permanência.

O presente texto busca discutir o primeiro momento de uma pesquisa-ação colaborativo-crítica que tem como foco a constituição da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar de Marataízes/ES. Para esse texto, destacamos os grupos focais realizados na Universidade e os grupos de escuta realizados pelas gestoras da Secretaria de Educação com profissionais da Rede Municipal de Ensino. Relata-se, nesse texto o acompanhamento das ações relativas à formação continuada dos professores e a construção da política de Educação Especial do município.

Desse modo, o texto se organiza em quatro tópicos: o primeiro, que acabamos de apresentar, contextualiza a temática da formação de professores e da



Educação Especial e o objetivo; no segundo, apresentamos o referencial teórico; no terceiro, trazemos a metodologia utilizada no processo de pesquisa; no quarto, falamos sobre os resultados até o momento; no quinto, enfim as conclusões do movimento vivenciado.

DIALOGANDO COM O REFERENCIAL

Este estudo está calçado na teoria do Agir Comunicativo de Habermas que diz que os homens são capazes de ação, e para tanto, se utilizam da linguagem para se comunicar com seus pares, buscando entendimento mútuo pelas “ações comunicativas”.

A racionalidade comunicativa se exprime na força unificadora da fala orientada (HABERMAS 2012) e coloca-se como forma de comunicação com vistas ao entendimento entre os sujeitos de uma interação. Portanto, o entendimento mútuo é alcançado por intermédio da linguagem, visto como mecanismo que coordena a ação entre indivíduos.

Com base no que propõe Habermas, o agir comunicativo torna-se a mediação necessária à formação cultural e autodesenvolvimento dos sujeitos em interação. Assim, ao tomar os profissionais e professores em seus espaços de atuação, apoiando-se na mediação comunicativa, busca nos discursos e falas dos profissionais o sentido que os mesmos atribuem às formações continuada e as questões referentes à Educação Especial, a partir de suas necessidades. Privilegiando, nesses momentos, os sujeitos (sociais) que se tornam atores-agentes do conhecimento com base no mundo vivido.

Assim, os pressupostos habermasianos no contexto da pesquisa são significados a partir da realização dos atos de fala comunicativos, em que os argumentos dos sujeitos são levados a fundamentar pretensões de validade – o que orienta a ação de cada um dos agentes envolvidos, a partir do discurso,



que “[...] são formas especializadas e institucionalizadas de argumentação, nas quais as pretensões de validade são tematizadas e resgatadas ou rejeitadas” (BANNELL, 2013, p. 59).

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa qualitativa, toma a pesquisa-ação colaborativo-crítica como metodologia, em que facilitadores externos entram em relação colaborativa com os práticos e ajudam a articular suas próprias preocupações, planejar as ações estratégicas para mudanças, detectar os problemas e os efeitos das mudanças, bem como a refletir sobre sua validade e consequências. Para Jesus, Almeida, Sobrinho (2005 apud CARR & KEMMIS, 1988, p. 13), “[...] a ciência social crítica é um processo de reflexão que exige a participação do investigador na ação social que se estuda e que os participantes se convertam em investigadores”.

Para discutir o primeiro momento de uma pesquisa-ação colaborativo-crítica que tem como foco a constituição da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar de Marataízes/ES¹, relata-se a seguir a primeira fase da pesquisa, de setembro/2017 a junho/2018.

Os grupos focais foram realizados na Universidade e na Secretaria Municipal de Educação de Marataízes. Os seis encontros ocorridos nortearam o entendimento e a continuidade das ações para condução da pesquisa. Este movimento envolveu gestores da Secretaria (coordenação pedagógica, Educação Especial, planejamento/projetos e secretário de educação) e pesquisadores da UFES (professores e alunos da pós-graduação), sendo utilizados, enquanto instrumentos de coleta de dados, documentos (pautas, atas, transcrições), gravador de voz, e outros materiais necessários à pesquisa.

¹ Localizado no litoral sul do Espírito Santo, faz divisa com Itapemirim, Presidente Kennedy e é banhado pelo Oceano Atlântico, com área de 133,1 km² e população de 38.670 habitantes. Possui 39 escolas, 629 docentes, 9.331 alunos matriculados, 148 na Educação Especial (MEC/Inep e IBGE, 2016).



Outro movimento iniciado também nessa primeira fase foram os grupos de escuta realizados no município de Marataízes, conduzidos pelos gestores. As escutas foram divididas por funções (diretores, pedagogos, professores especialistas, professores regentes e técnicos da Semed), sendo utilizados enquanto instrumentos de coleta de dados o gravador.

Nesse contexto, os grupos de escuta desenvolvidos com os profissionais da Rede de Ensino buscaram conhecer suas demandas e perspectivas sobre formação continuada e Educação Especial na perspectiva inclusiva, e nas reuniões e grupos focais procurou-se dialogar com gestores e pesquisadores para compreender, planejar e organizar as ações futuras.

As gravações foram transcritas e analisadas à luz dos teóricos Carr & Kemmis (1988), Barbier (2007) e Habermas (2012) no que tange à colaboração e ao Agir Comunicativo.

Desta maneira, no próximo item apresentaremos breve análise do movimento iniciado na Ufes (grupos focais e reunião) e na Semed (grupo de escuta) enfatizando os três grupos de professores especialistas, abordando suas demandas sobre formação continuada e Educação Especial.

OS MOVIMENTOS CONTITUÍDOS A PARTIR DOS GRUPOS

Este momento da pesquisa-ação foi demarcado pela constituição de grupos - preocupados em organizar sua própria prática à luz da autorreflexão organizada (ALMEIDA, 2016). Três integrantes da gestão da Secretaria Municipal de Educação de Marataízes/ES procuraram a coordenação do Grupo de pesquisa, formação, pesquisa-ação e gestão em Educação Especial (GRUFOPEES), apresentando como demanda inicial pensar junto e em parceria proposta de construção de programa para formação da Rede Municipal de Ensino como um todo, contemplando o diálogo com todos os segmentos e etapas.



Nos encontros organizados pela Universidade, em uma das conversas as gestoras apresentaram como objetivo articular formação continuada de gestores e professores da rede municipal, associado à sistematização de documento normativo (MARATAIZES, 2015), objetivo esse exposto nas reuniões e nos grupos focais de setembro/2017 a junho/2018, na Universidade e na Secretaria Municipal de Educação, segundo a seguinte fala:

[...] nós queremos construir uma proposta de formação para toda rede, uma proposta política de formação, não uma política segmentada, uma política de governo, uma política pública de formação, então um projeto de formação que seja uma política, e a gente acredita muito nessa perspectiva de grupo de estudos (informação verbal)².

Nesse período os sujeitos, ao negociarem suas demandas e anseios em um processo constituído a partir da perspectiva da Ação Comunicativa (HABERMAS, 2012), chegam à contratualização (BARBIER, 2007) do que seria possível desenvolver,

[...] ano passado a gente já tinha o desejo, que nós conversamos com vocês de fazer esse movimento da escrita das Diretrizes da Proposta Inclusiva [do município], então a todo tempo o nosso desejo era ter o grupo de estudo, ter esse momento formativo do grupo, mais que este grupo ou neste grupo, ou a partir desse grupo que tivesse um grupo que fosse sistematizando isso, essa ideia das diretrizes. Ai quando a gente encontra agora esse outro movimento, que é o alinhamento da Base que a gente precisa escrever, com todas as áreas: fundamental 2, fundamental 1, Educação Infantil e tudo mais, nós pensamos o seguinte: manter o nosso grupo de Educação Especial do jeitinho que a gente imaginou antes, sendo: um grupo que vai fazer o grupo de estudo e é grupo que vai sistematizar a proposta, e por exemplo esse grupo ele vai ter a responsabilidade de fomentar, discutir, estudar e dentro dele vai ter um grupo menor, a gente vai ver como ele vai se constituir, que vai ser o grupo que vai sistematizar as diretrizes da proposta inclusiva da Educação Especial. Isso que vai se configurando é para todos, para Educação Infantil, fundamental 1, fundamental 2 (informação verbal)³.

Assim, para os gestores, a construção da política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar pela via da formação continuada através de grupos de estudo-reflexão seria mais abrangente e necessária, pois

² Transcrição do grupo focal de 14/11/2017.

³ Transcrição da reunião do Grufopees de 27/03/18.



o município realizou concurso público para contratação de professores para atuarem nessa modalidade de ensino, e algumas demandas a partir de então surgiram.

Assim, os gestores inseridos no processo de colaboração com os pesquisadores na UFES iniciam outro movimento na Secretaria Municipal de Educação se convertendo em investigadores (CARR & KEMMIS 1988), constituindo grupos de escuta com os profissionais da Rede Municipal de Ensino para escutar suas demandas e anseios quanto à formação continuada e à Educação Especial.

Ao focalizar os três grupos de escuta com os professores especialistas observa-se que a intenção dos gestores era conhecer suas demandas e perspectivas sobre formação continuada e Educação Especial. Então, no eixo de escuta sobre as questões relacionadas à Educação Especial, os gestores apresentaram as seguintes questões, conforme fala na mediação da escuta:

[...] O que você pensa sobre a Educação Especial? Seu conceito, atendimento, como é o atendimento em Marataízes e o que você pensa a respeito desse atendimento? AEE e aí a gente vai focar em Marataízes, né? Como é o nosso atendimento do AEE? O que você como professor que está diretamente com essa criança pensa, o que você sabe sobre esse atendimento de AEE aqui em Marataízes? O que você teria para nos dizer sobre isso, dessa metodologia que é feita? (Informação verbal)⁴

No decorrer dessa dinâmica, evidencia-se uma das “noções-entrecruzadas” tratada em pesquisa-ação como “*escuta sensível*” - condição em que se reconhece a aceitação incondicional do outro sem julgamento, compreendendo-o sem aderir às opiniões ou se identificar com o falado ou praticado, afirmando a coerência do pesquisador (BARBIER, 2007). Como se observa na argumentação final da gestora:

[...] encerrando a minha fala, [...] e eu não estou aqui pra falar, eu estou aqui só para escutar, mas assim eu agradeço a confiança de vocês, agradeço a participação, porque para além de vir aqui vocês se dispuseram pra falar, como a Cida falou, e não é sempre. E aí compartilhar, falar do que vive isso é muito importante! Às vezes eu

⁴ Transcrição do grupo escuta de 06/12/2017



sei, mesmo quem não falou, falou para a colega falar, falou com a cabeça concordando, falou com os braços levantando, então a gente fala de diversas maneiras. Então a gente... Fiquei atenta a cada expressão, a cada palavra, a cada sorriso, eu digo assim: muito obrigada por esse momento, pelo que vocês compartilharam, pelo que vocês nos fizeram crescer nessa tarde, tá bom? (informação verbal)⁵

Assim ao expor suas emoções, seu imaginário, suas perguntas, seus sentimentos profundos, a gestora se faz “presente”, quer dizer, consistente (BARBIER, 2007, p. 94), implicando-se na pesquisa.

Note-se que ao se debruçarem sobre o mundo da vida - lugar em que falantes e ouvintes podem colocar a pretensão de suas declarações (HABERMAS, 2012), os professores dizem o que é preciso considerar na elaboração da Política, como expressa um dos professores:

[...] Geralmente a gente sempre ouviu falar Família x Escola. E não Família ponte Escola, eu penso assim. Então nós temos que rever esse conceito de família e trazer mesmo a família para dentro da escola. De alcançar mesmo a família, de representante, né? Quando a gente fala de Educação Especial na perspectiva inclusiva, aí que a gente precisa sentar mesmo e rever essa questão de família. Porque dificulta muito o processo e quem sai perdendo como nossa amiga falou, sempre é o aluno. Sempre é o aluno que perde! (informação verbal)⁶

Assim, algumas demandas referentes à modalidade da Educação Especial são apresentadas, a saber: a importância da participação da família na escola e inclusão da mesma; a Rede de Saúde, a assistência social deveria ter equipe trabalhando junto com a escola; criar o contraturno; e a construção da proposta envolvendo Sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Discutiu-se ainda, na escuta com os professores especialistas, questões relativas ao eixo sobre formação continuada. Os gestores queriam escutar dos

⁵ Transcrição do grupo de escuta de 06/12/2017

⁶ Transcrição do grupo de escuta de 06/12/2017



professores as concepções e perspectivas que eles tinham da formação continuada.

Nesse movimento os professores externaram o que precisa ser considerado na elaboração da política referente à formação continuada, apontando as seguintes demandas: incluir nas formações questões básicas sobre as deficiências para os professores regentes; trazer relatos de experiência como ação para as formações; e discutir com outros profissionais (diretores e pedagogos) o reconhecimento do professor de Educação Especial enquanto professor da escola, dentre outras.

A partir desses momentos de escuta e através dos diálogos pode-se chegar a um entendimento mútuo dos envolvidos, perpassando a via da racionalidade, que para Habermas (2012) é a maneira pela qual os sujeitos capazes de linguagem e ação utilizam o conhecimento, produzindo consensos provisórios ou acordos nas decisões sobre os modos de se pensar a formação continuada e a Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto consistiu em descrever o processo inicial de constituição de uma política municipal de Educação Especial a partir de grupos de escuta entre profissionais da Rede Municipal de Ensino de Marataízes/ES. Para tanto, relatou-se o acompanhamento das ações da política pública referente à formação continuada dos professores e a construção da política do município, tomando para análise as discussões e os diálogos nas reuniões e grupos focais – desenvolvidos pela Universidade e os grupos de escuta – desenvolvidos no município pelos gestores.

Compreendemos ser desafiador, para qualquer gestão, a elaboração de políticas, considerando realidades locais discrepantes e descontinuidade nos projetos de gestão. Considera-se também que as políticas públicas são



passíveis de avanços, recuos e manutenções, configurando-se ainda campo de disputa de diferentes interesses.

Assim, apostamos que a partir da autorreflexão organizada, gestores e equipe da Universidade possam tornar-se comunidade autocrítica de pesquisadores que investigam suas concepções e ações, buscando compreensão e transformação das políticas postas.

E com intenção firme de contribuir no avanço do conhecimento sobre a gestão pública em Educação Especial, construindo movimento para elaboração de políticas de Educação na perspectiva da inclusão escolar perpassando a formação continuada para profissionais da Rede de Ensino através de grupo estudo-reflexão (ALMEIDA, 2016).

Portanto, concordamos com Barbier (2007) que “uma pesquisa-ação não é suscitada pelo pesquisador. Este, preferentemente, acolhe-a (p.119). Então, após esse primeiro movimento de encontros entre os pesquisadores da Universidade e os gestores da Rede Municipal de Ensino continuaremos colaborando com o município, na análise das primeiras demandas levantadas pelos profissionais e elaboração da proposta inclusiva. A pesquisa continua...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L. de. Desafios e possibilidades na formação continuada de profissionais da educação: a trajetória de um grupo de estudo-reflexão. In MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. **Inclusão escolar e educação especial no Brasil**: entre o instituído e o instituinte. Marília: ABPEE, 2016. Cap.8 p. 169-189.

BANNELL, R. I. **Habermas e a educação**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BARBIER, R.A **pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.



BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº. 2. Institui diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 de set. 2001.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 maio. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopses estatísticas da educação básica**. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, Jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302015000200299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015151909>.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Vol 1 e 2. Trad. Paulo A. Soethe. Revisão de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

JESUS, D. M.; ALMEIDA, M. L.; SOBRINHO, R. C. Pesquisa-ação-crítico-colaborativa: implicações para a formação continuada e a inclusão escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 28., 2005, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2005. v. 1, p. 1-20.



MARATAÍZES (Cidade). **Lei Complementar nº 1790**, de 19 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Marataízes, 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/es/m/marataizes/lei-complementar/2015/179/1790/lei-complementar-n-1790-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-decenio-2015-2025-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 26 jul. 2018.